

Pelas águas do **PARAÍBA**



ANO 26 | EDIÇÃO 55 | ABR/AGO 2025

**CEIVAP JÁ INVESTIU R\$ 379,3
MILHÕES EM AÇÕES NA BACIA
DO PARAÍBA DO SUL**

Páginas 6 e 7

**PROJETOS PRIORIZADOS
PARA O PROTRATAR VIII**

Páginas 4 e 5

**INVESTIMENTO DE
R\$ 75 MILHÕES PARA
SEGURANÇA HÍDRICA
NA BAIXADA CAMPISTA**

Página 8

Brasil é sede da COP30

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) será realizada em Belém, no Pará, entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025. O Brasil foi escolhido como país sede e a capital paraense sediará o evento por estar no coração da Amazônia, região central nas discussões climáticas globais.

O objetivo da conferência é avaliar o progresso dos países no cumprimento do Acordo de Paris e fortalecer as ações climáticas, especialmente diante do agravamento da crise ambiental. São esperados cerca de 50 mil participantes, entre líderes mundiais, cientistas, ativistas e representantes da sociedade civil.

Para mais informações sobre a COP, visite o site da UNFCCC: <https://unfccc.int/>

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE

COP30
AMAZÔNIA

CUIDAR DO PLANETA PARA O FUTURO DA HUMANIDADE

BELEM • BRASIL • 2025

BRASIL
PAÍS DO FUTURO

expediente

O Informativo "Pelas Águas do Paraíba" é uma publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Edifício Alpha Center - Avenida Luiz Dias Martins, 73
Parque Ipiranga, Resende/RJ. CEP: 27.516-245
Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@agevap.org.br

Presidente:

Ana Larronda Asti
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro (SEAS/RJ)

Vice-presidente:

Elias Adriano dos Santos
Associação Jaguambaba para o Desenvolvimento Sustentável (AJADES)

Secretária:

Maria Aparecida Vargas
Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL)

Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01

Presidente do Conselho de Administração
Jaime Teixeira Azulay

Presidente do Conselho Fiscal
Sinval Ferreira da Silva

Diretora-Presidente interina
Aline Alvarenga

Gerente CEIVAP interino
Júlio César Ferreira

Gerente de Recursos Hídricos interino
Flávio Monteiro

Coordenadora de Núcleo CEIVAP
Daiane Alves

Especialistas Administrativos CEIVAP
Jéssica Freitas, Maria Clara Pimentel

Especialistas em Recursos Hídricos CEIVAP
Caroline Pitzer, Máira Simões, Márcio Fonseca, Raíssa Guedes, Vivian Faria

Produção: Prefácio Comunicação
Coordenação: Isabela Lobo
Redação: Raíssa Galdino
Diagramação: Camila Janaina

Fiscalização e Acompanhamento:
Júlio César Ferreira

Fotografias: Arquivos CEIVAP/AGEVAP



CTC empossa novos membros e elege coordenador



A Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP realizou, no último dia 14 de julho, sua 1ª reunião ordinária do ano. O encontro virtual abrigou a posse dos novos membros da CTC e a eleição de novos coordenador e relator, além de seus respectivos substitutos. Entre os itens de pauta estava também a apresentação da etapa técnico-propositiva da construção do enquadramento das águas superficiais na área da bacia do Paraíba do Sul.

A nova composição da CTC atuará no quadriênio 2025-2029. A representante da Águas do Brasil, Gisele Bôa Sorte, foi eleita coordenadora, tendo

como substituto o representante da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), João Gomes de Siqueira. Como relatora da CTC, foi escolhida a representante da Prefeitura Municipal de Quatis, Caroline Teixeira Lopes, tendo como relator substituto o representante da Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável (AJADES), Elias Adriano dos Santos.

Ainda durante a reunião, a especialista em recursos hídricos da AGEVAP, Raissa Guedes, fez uma breve apresentação da atual etapa de contratação para a construção do enquadramento das águas da bacia do Paraíba do Sul.

ATRIBUIÇÕES DA CTC

Instituída pela Deliberação CEIVAP nº 89/2008, a CTC é responsável por debater, em uma instância mais específica e técnica, assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul e por articular a atuação das entidades integrantes do sistema.

O grupo tem 18 membros representantes de instituições do Poder Público, Usuários e Sociedade Civil dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que se reúnem periodicamente.

Projetos priorizados para o PROTRATAR VIII

Dez propostas, em nove municípios diferentes, estão na fase da análise técnica do Programa

Em sua oitava edição, o Programa de Tratamento de Águas Residuárias (PROTRATAR) do CEIVAP prevê o investimento de cerca de R\$ 30,5 milhões em obras de saneamento básico na área da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. No mês de julho, o Comitê divulgou a listagem da hierarquização dos projetos habilitados para a próxima etapa. Lançado em março de 2025, o edital encontra-se na fase atual de análise técnica das propostas habilitadas. A análise é feita por uma comissão interna da AGEVAP, com o apoio da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), com base nos critérios previstos em edital.

A iniciativa prevê o aporte de recursos ou financiamento para a implantação/implementação/ampliação de sistemas públicos de esgotamento sanitário nos municípios da bacia, abrangendo os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vigente desde 2017 no âmbito do Comitê, atualmen-

te o PROTRATAR está com 29 projetos contemplados em andamento, uma obra concluída e nove obras sendo re-

alizadas, totalizando mais de R\$ 130 milhões em investimentos e cerca de 124 mil pessoas já beneficiadas.



Resultado da etapa de hierarquização do PROTRATAR

Classificação	Município	UF	Projeto
1	Jacareí	SP	Implantação do by-pass entre o tanque decantador e a saída do tanque de contato Estação de Tratamento de Esgoto Central em Jacareí.
2	Senador Cortes	MG	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Senador Cortes.
3	Rio Preto	MG	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário na Área Central de Rio Preto
4	Ewbank da Camara	MG	ETE da Área Central e Interceptor do Ribeirão Tabuões
5	Quatis	RJ	Melhorias e Ampliação no Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Quatis
6	Simão Pereira	MG	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário no Distrito de Souza Aguiar
7	Jacareí	SP	Execução da Rede de Esgotamento Sanitário Complementar no Bairro Rio Comprido
8	Goianá	MG	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goianá
9	Paraibuna	SP	Bairro Bela Vista II
10	Astolfo Dutra	MG	Sistema de Esgotamento sanitário de Santana do Campestre

Cronograma do Programa

ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO – 2ª ETAPA	
Etapa	Prazo
Análise técnica do projeto	De 28/07/2025 a 22/08/2025
Divulgação do resultado da Análise Técnica do Projeto - ATP e, se houver, solicitação de exigências e informações complementares	22/08/2025
Prazo para atendimento das exigências e informações complementares	De 25/08/2025 a 26/09/2025
Análise das exigências e informações complementares	De 29/09/2025 a 10/10/2025
Divulgação do resultado da Análise Técnica do Projeto - ATP após análise das exigências e informações complementares	13/10/2025
Prazo recursal	De 13/10/2025 a 16/10/2025
Análise de recursos	De 17/10/2025 a 24/10/2025
Divulgação final da Análise Técnica do Projeto - ATP	27/10/2025
Prazo final para apresentação da licença ambiental, outorga de lançamento, autorização das travessias e CADIN	27/10/2025
CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	
Etapa	Prazo
Divulgação da classificação das propostas	28/10/2025
Prazo para contratação das propostas	28/11/2025

* Os prazos estipulados poderão ser prorrogados pela AGEVAP com a devida antecedência e publicidade.



CEIVAP já investiu R\$ 379,3 milhões em ações na bacia do Paraíba do Sul

Recursos vêm sendo aplicados em projetos de saneamento, proteção de mananciais, monitoramento e educação ambiental nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro



Desde 2003, com a implementação da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, o CEIVAP já destinou R\$ 379,3 milhões a projetos e ações voltados à melhoria da qualidade e da quantidade de água na região. Esse valor, acumulado ao longo de mais de duas décadas, representa um esforço contínuo de gestão participativa e descentralizada, com foco em investimentos que beneficiam diretamente os municípios da área de abrangência da bacia.

A aplicação dos recursos segue diretrizes técnicas estabelecidas no Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) da bacia e nos Planos de Aplicação Plurianuais (PAPs), garantindo transparência e efetividade. O modelo de cobrança, previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, permite transformar o uso da água em fonte de financiamento para a sua própria preservação. Na bacia do Paraíba do Sul, essa lógica se traduz em resultados concretos.

DESTAQUES DOS ÚLTIMOS ANOS

Nos últimos anos, o CEIVAP tem avançado em diversas frentes para fortalecer a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul. Entre as principais ações, destaca-se a conclusão do ciclo de elaboração de projetos do Programa Mananciais nas sete bacias afluentes do Paraíba do Sul, além da finalização

da obra de saneamento rural da microbacia de Barracão dos Mendes, em Nova Friburgo (RJ), também no âmbito do mesmo programa.

Na área de saneamento urbano, o Comitê realizou a sétima edição do Programa PROTRATAR, com destaque para a conclusão da obra localizada no município de Jacareí (SP), que já se encontra em operação. Em paralelo, foi contratada empresa especializada para a elaboração do Plano de Uso e Ocupação da Bacia de Contribuição da Represa de Chapéu D'Uvas, bem como do Plano de Uso do Reservatório, visando garantir a proteção da área de contribuição hídrica.

Também foi implementado o conjunto de ações previstas no Plano e Programa de Educação Ambiental, reforçando o compromisso com a formação cidadã e o engajamento social em torno do uso responsável da água. No campo do monitoramento, o Programa MONITORAR registrou avanços significativos, passando a contar com pontos de monitoramento ativos no estado do Rio de Janeiro.

Outro marco importante foi a aprovação do novo Plano de Comunicação do Comitê, voltado ao fortalecimento da transparência e à ampliação do diálogo com a sociedade. Além disso, o CEIVAP promoveu discussões técnicas estratégicas para o refinamento das estimativas de disponibilidade hídrica da bacia, e iniciou o processo de implantação do Enquadramento dos corpos hídricos, um dos principais instrumentos de planejamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA BACIA



Saneamento básico:

elaboração de Planos de Saneamento e Planos de Gestão de Resíduos Sólidos para os municípios da área da bacia, e implanta-

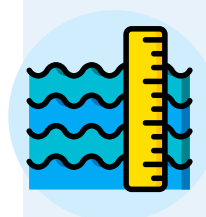
ção, ampliação e modernização de sistemas públicos de esgotamento sanitário, com destaque para o Programa de Tratamento de Águas Residuárias (PROTRATAR), que visa reduzir a carga poluidora lançada nos corpos hídricos da bacia;



Proteção e recuperação de mananciais:

ações de reflorestamento, conservação do solo e recuperação de Áreas de

Preservação Permanente (APPs), fundamentais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos;



Monitoramento da água:

apoio e financiamento da operação de redes automáticas e sistemas de alerta hidrológico para

o acompanhamento da qualidade e da quantidade da água em tempo real;



Educação ambiental e mobilização social:

formação de agentes multiplicadores, campanhas educativas e ações de

conscientização e a valorização dos recursos hídricos.

Investimento de R\$ 75 milhões garante revitalização de infraestrutura hídrica na Baixada Campista

O sistema de comportas da Baixada Campista, no estado do Rio de Janeiro, será revitalizado com um investimento de R\$ 75 milhões. O aporte foi proposto pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e será financiado com recursos oriundos da Eletrobras. A conquista representa um

avanço significativo para a segurança hídrica, a prevenção de inundações e o desenvolvimento sustentável da região.

A viabilização do investimento é resultado direto de um trabalho articulado entre diferentes instituições. Por meio do Grupo de Trabalho de Vazões, o Comitê para Integração da Bacia Hi-

drográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) teve papel essencial no processo, ao investir na contratação de estudos técnicos e elaboração do projeto, iniciativas que embasaram a necessidade de intervenção no sistema. Esses estudos subsidiaram a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que atuou como articuladora institucional junto ao Ministério, viabilizando a aprovação do recurso.

A região da Baixada Campista possui importância estratégica para o estado do Rio de Janeiro, por abrigar áreas agrícolas, urbanas e ecossistemas que dependem de controle hídrico adequado. A revitalização do sistema de comportas tem como objetivo aprimorar a regulação dos fluxos de água, reduzir riscos de alagamentos, proteger áreas produtivas e assegurar a conservação ambiental.

Para o CEIVAP, a medida reforça o papel dos Comitês de Bacia na indução de políticas públicas estruturantes e no apoio à implementação de ações de impacto regional. A iniciativa também demonstra a força da cooperação federativa no âmbito da gestão de recursos hídricos, unindo os entes do sistema em prol de soluções concretas e efetivas para a sustentabilidade da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.



CEIVAP participa do Encontro Anual dos Comitês Interestaduais



O CEIVAP participou, nos dias 2 e 3 de junho, do Encontro Anual dos Comitês Interestaduais, realizado em Brasília/DF. A iniciativa, promovida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), reuniu representantes dos oito comitês de bacias hidrográficas interestaduais do Brasil.

O CEIVAP foi representado por seu vice-presidente, Elias Adriano dos Santos, e por sua secretária, Maria Aparecida Vargas. A AGEVAP, secretária executiva do Comitê, também esteve

presente, representada por sua assessora, Marina Assis.

Com o tema “Recursos para a Implementação dos Planos de Recursos Hídricos e Arranjos Institucionais para o Funcionamento dos Comitês em Bacias Brasileiras”, o encontro teve como foco o fortalecimento institucional, discussões sobre a sustentabilidade financeira das entidades delegatárias e, também, o intercâmbio de experiências entre os Comitês.

A programação permitiu que cada Comitê apresentasse o estágio atual de implementação dos seus instrumentos de gestão, especialmente a

cobrança pelo uso da água e os Planos de Recursos Hídricos. Marina Assis apresentou as ações e projetos previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, destacando os principais avanços obtidos pelo CEIVAP e as metas em andamento.

O Encontro foi marcado pelo fortalecimento de pautas relevantes para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e pela articulação entre os comitês federais para a construção de soluções conjuntas que contemplem os desafios da governança das águas no Brasil, especialmente em bacias compartilhadas.

CEIVAP apoia Entidades Delegatárias contra cortes orçamentários que comprometem gestão das águas no Brasil

No dia 3 de julho, as Entidades Delegatárias que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) divulgaram uma carta pública de repúdio aos cortes orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que impactam diretamente a transferência de recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água. O CEIVAP manifesta apoio integral à mobilização das entidades e se soma à defesa da integridade e da continuidade das ações de gestão hídrica no país.

A carta, assinada por seis Entidades Delegatárias, incluindo a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), entidade delegatária do CEIVAP, alerta que a cobrança não se trata de um tributo, mas de um instrumento de ges-

tão instituído pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), que garante a participação social e a aplicação direta dos recursos em projetos estruturantes, de conservação e revitalização das bacias hidrográficas.

Ao longo dos anos, as Entidades Delegatárias vêm desempenhando papel essencial na gestão descentralizada, transparente e eficiente de tais recursos, atuando como secretarias executivas dos Comitês de Bacia e como executoras de programas estratégicos nas áreas de saneamento rural, combate à escassez hídrica, monitoramento da qualidade e quantidade da água, educação ambiental e fortalecimento da governança.

Os cortes orçamentários impostos pela LOA 2025, segundo a manifestação, violam a autonomia dos Comitês de Bacia, comprometem a execução

de ações prioritárias já aprovadas e fragilizam a credibilidade do próprio SINGREH, contrariando os princípios de gestão descentralizada, participativa e integrada.

Diante do atual cenário, as entidades apelam para que o Congresso Nacional e os órgãos de controle se mobilizem pela imediata recomposição orçamentária, garantindo a segurança jurídica, a previsibilidade e a continuidade das políticas públicas de gestão das águas. “Sem água, não há vida. E sem orçamento, não há gestão” — conclui a carta.

Acesse o documento pelo link a seguir: <https://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Manifestacao-Eds-sobre-corte-orcamentario.pdf>



ANA AMPLIA EXIGÊNCIA DE AUTOMONITORAMENTO DO USO DA ÁGUA EM NOVAS REGIÕES



A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) lançou a Cartilha do Automonitoramento do Uso da Água, que tem como intuito divulgar regras sobre a obrigatoriedade da medição e declaração do uso dos recursos hídricos. O material complementa documentos já disponíveis, como o Guia de Automonitoramento, e detalha as diretrizes estabelecidas pela Resolução ANA nº 188/2024.

Desde 1º de julho de 2025, é exigido que demais Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) sejam obrigadas a transmitir a Declaração de Uso de Recursos Hídricos (DURH). A modalidade de envio da declaração pode ser diária, mensal ou anual, dependendo da região e vazão autorizada do empreendimento.

Entre as bacias abrangidas pela nova fase estão os rios Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri, Itaúnas/Riacho Doce, Uruguai, Negro e o sistema PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiaí). Aos usuários que já possuíam outorga nessas regiões antes da publicação da norma foi facultado prazo de 15 meses para se adequarem às novas exigências.

Uma das inovações da Resolução nº 188/2024 é a obrigatoriedade do envio diário de dados por telemetria – siste-

ma automatizado e online de transmissão de informações sobre o uso da água. Apesar de representar 3% dos usuários regulares, esse grupo é responsável por mais de 50% da vazão outorgada nos corpos hídricos federais. Desde 1º de janeiro de 2025, a telemetria já é obrigatória para usuários de grandes volumes nas regiões dos rios Piancó-Piranhas-Açu, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Verde Grande, Pardo, Doce, São Marcos, Paraíba do Sul e Quaraí, além de áreas do Semiárido com regulação específica.

O cronograma para a implementação total do sistema de automonitoramento se estende até 2027, conforme previsto na resolução. Usuários regularizados após 1º de abril de 2024 devem iniciar a transmissão dos dados de telemetria e lançamento de efluentes em até 180 dias, enquanto, para os demais casos, o prazo é de até 90 dias.

Para mais informações, consulte o portal de Automonitoramento da ANA: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/storymaps/stories/ba9195e30c4c44a1b9c-793054607ca10>